

CAMINHOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE¹

Rita de Cássia da Silva Oliveira²
Flávia Oliveira Alves da Silva³

Resumo: O Brasil atualmente, como as demais sociedades mundiais, apresenta um acelerado crescimento da população idosa, o que reflete em diferentes demandas sociais. A necessidade de mais pesquisas voltadas para essa faixa etária, em especial no recorte educacional é premente. Para se avançar neste campo teórico, este artigo teve como objetivo a elaboração do estado do conhecimento ressaltando os aspectos da educação na terceira idade e universidade aberta para a terceira idade, no interstício de 2000 a 2019. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, financiada com bolsa produtividade de pesquisa pelo CNPq. Foram levantadas as teses, dissertações e artigos científicos apresentados em Congressos brasileiros relevantes na área educacional e em periódicos específicos da temática da terceira idade.

Palavras-chave: Educação na terceira idade. Universidade aberta para a terceira idade. terceira idade. Estado do Conhecimento. Epistemologia da gerontologia

Abstract: Brazil today, like other world societies, has an accelerated growth of the elderly population, which reflects different social demands. The need for more research aimed at this age group, especially in terms of education, is urgent. To advance in this theoretical fields, this article aimed to elaborate the state of knowledge, emphasizing aspects of education in the third age and a university open the third age, in the interstitium from 2000 to 2019. This is a bibliographic research, funded with research productivity grant from CNPq. The theses, dissertations and scientific articles presented at relevant Brazilian Congresses in the educational area and in specific periodicals on the theme of senior citizens were raised.

Keywords: Education for the elderly. University open the third age. State of Knowledge.

Reflexões iniciais

O Brasil, como a maioria das sociedades, está envelhecendo. Hoje em nosso país são em torno de quase 14% de idosos na população brasileira, cerca de 28 milhões (IBGE, 2019). Este grande contingente de idosos está crescendo em ritmo acelerado e acrescentando a isto, aponta-se outro aspecto importante; além do grande

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq – resultado do Projeto de Pesquisadora Produtividade do CNPq.

² Pedagoga e Gerontóloga. Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Permanente do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Educação na UEPG. Coordenadora do Mestrado em Educação Inclusiva na UEPG. Pesquisadora Produtividade do CNPq. E-mail: soliveira@uepg.br.

³ Advogada. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica da Argentina. Professora da UNICESUMAR e da UEPG. Professora da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG. E-mail: flaviaoliveiraalvesdasilva@gmail.com

número de idosos, a longevidade também se amplia. Atualmente a média de expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos sendo que as mulheres vivem cerca de 8 anos a mais que os homens.

Diante desta realidade percebe-se que o envelhecimento da população se constitui como um dos grandes desafios mundiais deste século e em especial, do Brasil.

Com este panorama, torna-se relevante o levantamento de artigos e livros escritos sobre o envelhecimento e a velhice, tendo como aspectos ressaltados a educação para a terceira idade e a Universidade Aberta para a Terceira Idade utilizados como temas geradores na organização do Estado do conhecimento, sendo o objetivo deste artigo.

O envelhecimento e a velhice na sociedade atual

A velhice é uma fase da vida, considerada a última do envelhecimento e apresenta diferentes aspectos que merecem atenção: biológico, social, psicológico e espiritual. Nem todos os indivíduos envelhecem no mesmo ritmo e nem todos os aspectos também, o que potencializa as diversidades no processo de envelhecimento humano e assinalam características diferentes na fase da velhice.

A sociedade capitalista que valoriza o capital e a produtividade, desvaloriza o idoso por atribuir a esta faixa etária muitos preconceitos e estigmas negativos, os quais não possuem fundamentação científica, entretanto são repassados ao longo das gerações despertando estes estereótipos que impactam negativamente e contribuem para uma rejeição da velhice e dos idosos.

Na nossa sociedade que valoriza a juventude, desvaloriza a velhice considerando-a como um objeto fora de uso, caracterizando esta fase da vida como improdutiva, com incapacidade de aprender coisas novas, incapacidade de amar, doenças, solidão, isolamento. Todas as pessoas querem viver muito, mas, não querem envelhecer, justamente com medo de a ela serem atribuídos esses preconceitos sociais que são culturalmente consolidadas e cultivados.

Contraditoriamente, a sociedade política e civil ainda não equacionou de maneira satisfatória as demandas sociais deste segmento da população.

Embora existam algumas políticas públicas voltadas para o idoso, ainda são incipientes e não propiciam a qualidade de vida ou maior autonomia a esta faixa etária.

A questão ainda é maior e mais complexa. Refere-se a necessidade de uma mudança paradigmática, na qual estudiosos da temática buscam para substituir aquele olhar preconceituoso e que desmerece as potencialidades do idoso, que reforça preconceitos e estigmas negativos, desconsiderando a contribuição do idoso na construção social que atualmente se vivencia no Brasil, com seus avanços e pioneirismo em muitos campos diante do cenário mundial.

Isto pode ser constatado pela observação de inúmeros idosos que são destaque em diferentes atividades como políticas e artísticas, por exemplo.

Não se atribui ao idoso o devido valor, o que pode ser constatado em pequenas atitudes do cotidiano nas quais se evidencia a falta de respeito, de ética, de valores morais e de reconhecimento daqueles que contribuíram para a construção da sociedade atual.

Embora existam algumas leis específicas para o idoso, entre as quais a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, faltam leis complementares para que as mesmas sejam efetivadas na prática e respeitadas.

O que se busca, em especial pelos gerontólogos e pesquisadores desta fase da velhice é a mudança deste paradigma, que chega a ser cruel, por um paradigma que valorize as experiências dos idosos, que a sociedade se beneficie com o compartilhamento destas experiências, o protagonismo deste idoso enquanto um ser ativo, criativo, capaz e receptivo a novas aprendizagens, as inovações, participativo e inserido à sociedade na qual pertence.

Atualmente o idoso está mais em evidência porque com a Pandemia pelo COVID 19, ele é considerado como grupo de risco por possuir diferentes patologias e ser mais vulnerável pela própria idade. Entretanto, aos poucos, a própria vulnerabilidade passou a atingir diferentes faixas etárias, não só os idosos e os cuidados se estenderam a todos os indivíduos.

O idoso deve ser respeitado como qualquer indivíduo e para que tenha uma vida digna e com qualidade, torna-se importante que tenha autonomia, independência e vínculos afetivos, familiares e de amizades, o que o fortalece e dá maior segurança para enfrentar os problemas que possam surgir no cotidiano.

Assim, a educação passa a ser de grande relevância ao idoso porque na medida em que ele conhece os seus direitos, se instrumentaliza com conhecimentos, poderá reivindicá-los e terá maior clareza ao exigí-los além de possuir mais argumentos para defender-se de situações constrangedoras ou discriminatórias.

Na área da educação, não existe uma política pública educacional para o idoso, a qual está enquadrada dentro da Educação de Jovens e Adultos. Porém, com a juvenização da EJA, o idoso sente-se desconfortável ao estudar com adolescentes e acaba, por mais uma vez, se evadindo da escola.

No Estatuto do Idoso se contempla a inserção da temática do envelhecimento e da velhice em todos os níveis de ensino, entretanto poucas escolas trabalham com esta temática e na universidade apenas alguns cursos de graduação oportunizam para os acadêmicos, estudos sobre essa temática.

Outro aspecto relevante é a criação de Universidades Abertas para a Terceira Idade. Embora hoje existam cerca de 180 UATI no território nacional ainda são insuficientes para acolher a todos os idosos, além de faltar o estímulo para que sejam criadas, muitas UATI não recebem o apoio necessário para a sua manutenção ou ampliação.

A educação é necessária para o empoderamento do idoso porque instrumentaliza-o com conhecimentos para melhor usufruir da sua cidadania, reivindicando o cumprimento de seus direitos e deveres.

Segundo a Organização Mundial de Saúde toda sociedade deve buscar o envelhecimento saudável e para isto deve ter uma sociedade acolhedora, que respeite o idoso, que possibilite condições de uma vida digna, com autonomia, independência e qualidade.

Embora esta realidade preconceituosa já seja de domínio público, pouco ou nada se faz para superá-la. Flagra-se poucos políticos atuando em prol da melhoria da qualidade do idoso nas diferentes sociedades, muitos com interesse eleitoreiros,

mas que se dispersam rapidamente passando este período e poucas das promessas realizadas se concretizam. Flagra-se também atitudes pouco éticas e sem princípios morais no nosso cotidiano com relação ao idoso, desde pequenos descumprimentos das leis como priorizar o idoso nas filas de bancos, lojas, supermercados e farmácias, nas decisões judiciais, nas campanhas de vacinas entre outros.

Outro aspecto de desrespeito é o menosprezo à sabedoria dos idosos, os conhecimentos acumulados e repassados para as novas gerações, os próprios valores, considerando-os antiquados em seus julgamentos e desatualizados em suas ações.

A violência contra o idoso também se intensificou, sendo física, moral ou psicológica é muitas vezes exercida pela própria família que se aproveita da insegurança e vulnerabilidade desta faixa etária.

Estas atitudes refletem uma sociedade que não reconhece e não valoriza uma geração que contribuiu para a criação desta mesma sociedade.

A pesquisa - Estado do Conhecimento

Este artigo é resultado de um Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, com bolsa de pesquisa produtividade, tendo como base inicial e teórica a revisão sistemática de produções.

Foi realizada a pesquisa objetivando a organização de um Estado do Conhecimento, utilizando os temas geradores: Educação na terceira idade e Universidade Aberta para a Terceira Idade.

A pesquisa tem com objetivo analisar como as diferentes produções contribuem para estabelecer estratégias que possam contribuir para que a educação seja utilizada como instrumento de empoderamento do idoso, nos programas e projetos para a terceira idade desenvolvidos pelas universidades brasileiras, com vistas a superação de preconceitos e estereótipos negativos que revestem os idosos na sociedade contemporânea brasileira, cumprindo assim, com o direito constitucional: a educação como direito de todo cidadão.

Muitos direitos elementares básicos que estão prescritos na Constituição Federal do Brasil (1988), não são respeitados quando se trata de idosos porque constituem um público vulnerável. Entre estes direitos está a educação.

Diante dos paradigmas pessimistas atribuídos à velhice na sociedade capitalista, acredita-se que a educação desponta como um dos fatores relevantes como prática de intervenção e enfrentamento para a reconstrução de uma visão mais otimista frente a longevidade. Nesta perspectiva, evidencia-se a educação permanente como concepção fundamental e a busca por uma epistemologia do envelhecimento/velhice.

No ordenamento jurídico, não existe uma política educacional para o idoso, mas políticas públicas que indiquem algumas prescrições à educação.

Desta maneira, uma das funções das universidades é a extensão que busca uma aproximação entre a universidade e a sociedade, colocando o conhecimento produzido para beneficiar a população. Uma das possibilidades oferecidas aos idosos pelas universidades como um espaço educacional são as Universidades Abertas para a Terceira Idade, que possibilitam além da aquisição de conhecimentos, uma maior valorização desta faixa etária, oportuniza aos idosos conhecerem os seus direitos e deveres para uma maior inserção familiar, social e usufruírem plenamente da cidadania.

Embora exista a prescrição legal da educação como um direito de todo cidadão, o número de idosos sem escolaridade é muito grande, o que compete ao “Estado para cumprir o mandamento constitucional, deve promover um conjunto de ações voltadas a inserir os idosos no contexto social a partir de sua integração ao sistema educacional, não se justificando iniciativa contrária, com base no argumento de, em razão de essas pessoas já terem atingido idade elevada, dispensarem educação, sob a pena de omissão inconstitucional. Tal atitude, além disso, é atentatória aos direitos humanos”. (RAMOS, 2003, p.139-140).

Torna-se relevante a busca de como os saberes produzidos contribuem para a prática educacional nesta faixa etária, por meio da articulação da pesquisa com a extensão universitária, pautada nas temáticas da educação para a terceira idade e universidade aberta para a terceira idade.

Deste modo, a análise das produções referentes as temáticas anteriormente indicadas possibilitaram traçar um paralelo entre o campo teórico-científico e as práticas desenvolvidas nos diferentes projetos/programas educacionais para os idosos nas universidades. Desta problematização emergem as relações com o contexto político, social e cultural, no qual se delineiam as propostas metodológicas, a epistemologia da área, a organização e as práticas educacionais.

Tendo em vista a expressiva população idosa brasileira, percebe-se que a quantidade de programas e projetos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior não suprem a demanda, pois atendem por meio de atividades educacionais (Universidades Abertas para a Terceira Idade) um público ainda muito reduzido, estando muito distante do desejável e do necessário.

Conforme aponta Oliveira (1999), a educação permanente fundamenta todas as ações educacionais para o idoso, destacando-se especialmente as Universidades Abertas para a Terceira Idade - UATI em âmbito universitário. Conforme pesquisa realizada (Pesquisa Universal – 2013/2016) há mais de 180 UATI em todo Brasil, em instituições públicas e privadas.

As atividades desenvolvidas pelas UATIs possuem grande relevância social, pois, enquanto projetos/cursos extensionistas universitários atuam diretamente com a comunidade e em específico com o idoso. Os trabalhos analisados indicam a importância da educação do idoso, salientando a necessidade de metodologia e materiais específicos para este grupo.

Na análise do conteúdo das dissertações, teses e artigos científicos em periódicos indexados, foi utilizado como referencial teórico as ideias de autores que investigam e fundamentam estudos sobre a temática, entre os quais Veras (1995), Palma (2000), Jordão Netto (1997), Beauvoir (1990), Neri (1991, 2007), Cachioni (2003), Oliveira (1999, 2011).

Os artigos destinados à educação trazem relatos de experiências de projetos/cursos realizados com idosos, sem apresentar um projeto político pedagógico com organicidade. Isto pode ser considerado um reflexo da carência de políticas educacionais para o idoso e também a ausência de diretrizes nacionais para orientar a estrutura das UATIs.

Em que pese a negatividade da carência de políticas educacionais para o idoso no que tange à efetivação dos direitos fundamentais, entre os quais se ressalta a educação, é fundamental refletir a partir da positividade manifesta na contínua resistência desta faixa etária que busca a educação como estratégia de inclusão social e empoderamento, como essência da vida, a medida em que os indivíduos são seres inconclusos e aprendem durante toda a vida.

A seleção dos artigos aqui analisados ocorreu obedecendo ao critério temporal: interstício 2000-2019, que corresponde ao período posterior ao Ano Internacional do Idoso (UNESCO) em que se intensificam as ações para este segmento etário; critério relativo ao conteúdo: artigos que versam sobre a terceira idade, com relação às questões educacionais. Foram localizados 95 artigos completos, provenientes de comunicações orais apresentadas em congressos – Anped, Anpae, Educere.

Além destes artigos, também compõe o material para análise artigos provenientes de periódicos, classificados pelos qualis (CAPES) do estrato educação, relativos à área terceira idade. Foram localizados 5 periódicos: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano (RBCEH), Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento (REIE), Revista A Terceira Idade, Revista Geriatria & Gerontologia e Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Dentre estes, foram selecionados artigos da RBCEH e da REIE. Não foram selecionados artigos dos demais periódicos, pois a revista A Terceira Idade não disponibiliza seus artigos anteriores a 2010, e no período disponibilizado, não há artigos que se enquadrem na pesquisa. A Revista Geriatria & Gerontologia apenas disponibiliza seus artigos para membros da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, impossibilitando o acesso ao público geral, sendo assim, não foi considerada para a pesquisa. Não há nenhuma revista específica sobre a educação na terceira idade ou gerontologia educacional, classificada pelo qualis (CAPES).

A partir dos periódicos, os artigos foram selecionados com os mesmos critérios utilizados para seleção de textos dos congressos. Assim, entre o interstício de 2000-2019, foram localizados 185 artigos.

Os artigos selecionados nos congressos e nos periódicos foram organizados em categorias, de acordo com as especificidades apresentadas.

Na categoria educação na terceira idade foram selecionados 34 artigos e na categoria da Universidade Aberta para a Terceira Idade foram identificados 34 artigos, totalizando 64 artigos para a análise.

Também foi realizado um levantamento nos Cursos de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação reconhecidos e recomendados pela CAPES, sendo registradas 45 teses e 135 dissertações defendidas nos anos de 2000 a 2019 no Brasil, em diferentes Instituições. Totalizando 180 dissertações e teses registradas no período, sendo as mesmas distribuídas considerando as mesmas categorias utilizadas para os artigos.

Seguindo as mesmas categorias, foram selecionadas 27 com a temática de educação na terceira idade e 12 na temática de Universidade aberta para a terceira idade, totalizando 39 entre teses e dissertações que abordaram as duas categorias especificadas.

A presente investigação caracteriza-se como revisão bibliográfica voltada para elaborar a síntese da pesquisa produzida em um campo ou temática específica, objetivando responder questões particulares da pesquisa (DAVIES, 2007). Para a realização das revisões sistemáticas das produções previamente selecionadas buscase análise e sistematização de constatações apresentadas por diferentes pesquisadores versando sobre a temática, voltada para a possibilidade da construção de práticas mais efetivas.

A análise do conteúdo dos trabalhos destacou as principais contribuições das categorias selecionadas, as quais poderão oferecer subsídios para a elaboração de políticas educacionais para a terceira idade, as quais ainda são incipientes na sociedade brasileira.

Embora as UATI tenham se proliferado muito no Brasil, tentando responder ao crescimento do contingente do número de idosos enquanto uma demanda de educação e espaços educativos específicos, percebe-se que estas ações não se organizam a partir dos conhecimentos produzidos (teses, dissertações e artigos), desconsiderando parcialmente a relevância de uma fundamentação teórica consistente baseadas em pesquisas para a efetivação de práticas satisfatórias.

Outro aspecto interessante refere-se à falta de continuidade de pesquisas nesta temática realizadas pelos mesmos autores, ao produzirem saberes por meio de teses e dissertação, pouco disseminam os seus estudos em artigos científicos (periódicos e eventos) ou mesmo pouco se envolvem com práticas educativas para o idoso em instituições de ensino superior.

Os trabalhos analisados, ressaltam a importância da educação para o idoso, considerando a necessidade de metodologia e materiais específicos para este grupo, conforme aponta o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). Outro ponto comum refere-se à utilização de entrevistas e/ou questionários com idosos, com o objetivo de refletir sobre a educação neste grupo tendo a educação permanente como foco principal.

Desta maneira, consideram os interesses, as concepções e opiniões relatadas pelos idosos para a construção tanto das disciplinas como também da metodologia e materiais utilizados.

Evidencia-se a predominância da literatura nacional e pouco são utilizados autores estrangeiros que investigam a temática, percebendo limitado diálogo entre as fontes de outros países.

Outro ponto lacunar faz referência a pouca utilização de dissertação e teses já produzidas como fontes para a produção do material escrito.

É quase unânime ser referenciada uma visão pejorativa e estigmatizada da educação do idoso, mesmo alicerçada na educação permanente não apresenta a valorização que deveria, mas os cursos/projetos e programas elaborados exclusivamente para essa faixa etária evidenciam por meio de diferentes atividades e metodologias um reconhecimento da relevância da educação permanente como uma estratégia de empoderamento do idoso, maior inserção e participação social na busca por uma melhor qualidade de vida superando estigmas negativos, discriminações ou uma visão assistencialista.

Especificamente aos posicionamentos metodológicos e epistemológicos adotados nos trabalhos investigados, valorizam-se as metodologias ativas, dialógicas e interativas para a educação do idoso, nas quais eles são protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, sempre respeitando e articulando com os saberes e experiências que cada idoso vivenciou e adquiriu ao longo de sua vida.

Como indicado anteriormente, para a organização desta revisão, além das dissertações e teses, foi realizada a busca de artigos científicos em revistas brasileiras, da área de ciências humanas, em periódicos indexados na base scielo. Foram utilizados os termos: idoso, terceira idade, velhice, envelhecimento, gerontologia e educação gerontológica como critérios de busca. Foram encontrados 185 artigos que atenderam à busca, porém apenas 6 deles destinavam-se a educação para o idoso. Percebe-se que ainda a abordagem psicológica, médica e especificamente à qualidade de vida representam o maior enfoque de pesquisa na área gerontológica.

Em relação ao conteúdo, dos materiais investigados, ambas as categorias, educação na terceira idade e sobre as Universidades Abertas para a Terceira Idade, apresentam contribuições, conclusões e sugestões.

As principais contribuições indicadas são:

- A educação é fundamental para a formação crítica do idoso;
- a universidade, por meio da educação na terceira idade, cumpre a sua função social;
- a inclusão do idoso na universidade aberta propicia as relações intergeracionais;
- o processo educacional colabora para o conhecimento e respeito dos saberes cotidianos dos idosos e não se limita a superação do analfabetismo;
- a educação instrumentaliza o idoso;
- a educação gerontológica contribui para a aprendizagem visando a qualidade de vida dos sujeitos;
- a gerontologia é uma área especializada de saber e de intervenção que agrega profissionais de diversas áreas. Desta forma é fundamental refletir sobre a formação do profissional que trabalha com o idoso;
- a falta de qualificação e formação na área de conhecimento fragiliza os coordenadores das UATI a aplicarem os saberes produzidos nas práticas e atividades para os idosos;
- a educação não elimina as limitações do envelhecimento, mas favorece o desenvolvimento da criatividade, melhora a percepção sobre o mundo e contribui para uma postura mais positiva sobre a vida.

As conclusões mais indicadas pelos artigos são:

- Os autores problematizam o processo de envelhecimento, da velhice em nossa sociedade capitalista, a qual está revestida de negativismos e ressaltam o idoso como protagonista de sua história, com capacidade de criar, produzir e aproveitar toda a sabedoria acumulada em favor de uma vida com qualidade;
- as UATI fundamentam-se na concepção da educação permanente;
- as UATI oportunizam as relações intergeracionais;
- os programas contribuem para a valorização, participação, conscientização e empoderamento do idoso;
- a educação tem um importante compromisso social com os excluídos e marginalizados do processo de escolarização;
- a educação oferece a possibilidade de emancipação, liberdade, satisfação pessoal e qualidade de vida;
- as universidades cumprem com sua função extensionista ao perceberem a relevância social da criação de projetos, programas ou cursos para os idosos;
- necessidade da formação de profissionais em gerontologia, em uma visão multidisciplinar.

Considerações Finais ou recomeço...

As pesquisas na área da gerontologia educacional contribuem para melhor compreensão da mesma, trazendo aprofundamento e melhor organização, porém ainda há várias lacunas e contradições que precisam ser superadas tanto no campo específico quanto no reconhecimento da área em questão.

Embora com o registro de um aumento mesmo tímido de pesquisas sobre a temática em questão, o que leva a acreditar que o envelhecimento acelerado da população tem despertado esse interesse de mais estudos, além da realização de diferentes pesquisas sobre o idoso na busca de uma melhoria nas condições de vida da população desta faixa etária e subsidiar também a criação e implementação de políticas públicas e sociais para esta faixa etária.

Esse crescimento, na pesquisa e na área gerontológica, considerando aqui o recorte educacional, estimula ainda mais pesquisadores a se envolverem com o tema e sensibilizar a sociedade política e civil a se comprometerem com a população que envelhece, instrumentalizando-a com conhecimentos e informações, abrindo espaço nas universidades para esta faixa etária, fundamentada na educação permanente e na busca de um novo olhar sobre o idoso, esboçando um novo paradigma da velhice.

Pela educação, a longo prazo, almeja-se uma mudança paradigmática, ou seja, o Paradigma do Envelhecimento Ativo protagonizado pela Organização Mundial de Saúde, em uma concepção ampla, na qual o idoso deve estar inserido na sociedade em que vive, participativo, com qualidade de vida, autonomia, liberdade, respeito e saudável.

O idoso deve ser visto com outro olhar, que propicie ações efetivas, com políticas públicas que favoreçam a mudança paradigmática da fase da velhice para possibilitar ao idoso maior autonomia, liberdade, participação, realização dos seus direitos e cumprimento dos seus deveres para usufruir plenamente sua cidadania.

Muito ainda o governo brasileiro precisa oportunizar para que o idoso tenha assegurado seus direitos básicos, com políticas públicas para esta faixa etária que não sejam apenas idealizadas, mas implementadas e efetivamente respeitadas e cumpridas.

Referências

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

_____. **O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, R.C.S; SCORTEGAGNA, P.A; OLIVEIRA, F.S. **Universidade Aberta para a Terceira idade**: a extensão como meio de inserção do idoso no contexto universitário. Assis: CRV, 2012.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F, S. A Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG/Brasil: o idoso no contexto extensionista da universidade. In: OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A. (Orgs.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade: o idoso como protagonista na extensão universitária**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

ONU. **World Population Prospects: The 2018 Revision**. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. Nova York: ONU, 2018.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Direito à velhice: a proteção constitucional da pessoa idosa**. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (org.) **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo, Saraiva, 2003, p. 131-150.

Recebido em 01/03/2020

Versão corrigida recebida em 31/04/2020

Aceito em 15/05/2020

Publicado online em 31/05/2020